



Informação nº: 354/2015 – SECONT/2ªDICONT

Brasília (DF), 9 de setembro de 2015.

Processo nº: 6.265/2002 (04 volumes).

Apenso nº: 7.768/2005 (2 volumes e 5 anexos), 9.850/2005 (1 volume e 1 apenso de nº 017.000.414/2005) e 010.000.956/2006 (6 volumes).

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Saúde - SES.

Assunto: Tomada de Contas Especial – TCE.

Valor envolvido: R\$ 19.289,32¹ (prejuízo identificado).

Ementa: Tomada de contas especial em razão de pagamentos irregulares efetuados ao Hospital Santa Juliana. Citação. Defesas improcedentes e imputação de débito solidário (Decisão nº 6269/2013). Cientificação. Conhecimento de recursos de reconsideração. Análise. Pelas sugestões indicadas.

Senhor Diretor,

Versam os autos sobre tomada de contas especial instaurada por determinação do Tribunal (Decisão nº 3.819/2005, Processo nº 7.768/2005, fls. 01/02*), para apurar responsabilidades pelo dano ao erário em razão de pagamentos irregulares efetuados pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF ao Hospital Santa Juliana.

2. No Relatório de TCE nº 185/2010 – DIEXE II/SUTCE/CGDF (fls. 238/261), a Comissão de Tomada de Contas Especial, após efetuar as devidas apurações, concluiu pela existência de débito decorrente de pagamentos cujos valores correspondentes às glosas apontadas pela auditoria médica da SES/DF não foram considerados.

3. Tais desembolsos ocorreram em processos de pagamentos referentes à prestação de serviço de internação de pacientes na unidade de terapia intensiva do Hospital Santa Juliana no período de 13/07/2004 a 19/01/2005. O

¹ Consoante atualização de fl. 665.

* Processo nº 7.768/2005

** Processo nº 9.850/2005

*** Processo nº 017.000.414/2005

**** Processo nº 010.000.956/2006



montante glosado pela auditoria médica foi de R\$ 10.781,32 (valor original), conforme tabela à fl. 259.

4. A Comissão Tomadora indicou como responsáveis solidários pelo débito os Srs. Arnaldo Bernardino Alves, à época Secretário de Estado de Saúde, e Carlos Alberto Tayar, à época Diretor do Fundo de Saúde do Distrito Federal.

5. No Relatório de Auditoria nº 03/2012 – CONTROLADORIA (fls. 1.689/1.694****), o Controle Interno, diante das conclusões da Comissão de Tomada de Contas Especial, concluiu pela irregularidade das contas, acrescentando ao rol dos responsáveis o Sr. Horácio da Silva Botelho, então Subsecretário de Apoio Operacional da SES/DF.

6. Urge ressaltar que, na análise inicial promovida pelo Corpo Técnico desta Corte (fls. 385/390), foi sugerido o encerramento das contas e, conseqüentemente, o arquivamento dos autos por já haver apuração, supostamente sobre o mesmo tema, em andamento no Tribunal de Contas da União – TCU.

7. Todavia, o Ministério Público que atua junto ao TCDF, por meio do Parecer nº 1427/2012-CF (fls. 391/398), divergiu da referida Instrução. O parquet concluiu que as apurações no âmbito do TCU eram distintas daquelas realizadas na presente TCE. Nesse sentido, é oportuno reproduzir trechos do parecer ministerial que auxiliam a elucidar a matéria.

10. Como se observa, a referida TCE trata de possíveis irregularidades praticadas pela SES/DF no repasse de recursos do SUS ao Hospital Santa Juliana S/C Ltda. para ressarcimento de despesas médicas sem a devida comprovação, com a contratação do hospital quase sempre ocorrendo por injustificada dispensa de licitação em caráter emergencial, nos anos de 2003, 2004 e 2005.

11. A presente TCE, por sua vez, trata de eventuais danos causados ao erário e identificação dos responsáveis em razão de pagamentos efetivados ao Hospital Santa Juliana em que tenham sido desconsideradas glosas apontadas pela Auditoria da SES. Isto é, a auditoria verificou que em algumas faturas glosas deveriam ser aplicadas, contudo, foram desconsideradas pela SES, no momento do efetivo pagamento. Esse valor totaliza R\$ 14.397,99.

[...]

* Processo nº 7.768/2005

** Processo nº 9.850/2005

*** Processo nº 017.000.414/2005

**** Processo nº 010.000.956/2006



14. Retornando então aos presentes autos, s.m.j., esta Procuradora entende que as apurações são distintas, cabendo, portanto, o prosseguimento da presente TCE, com a devida citação dos responsáveis para devolução dos prejuízos apurados pela Comissão de Tomada de Contas. (Grifou-se)
8. Esposando o entendimento do Ministério Público de Contas, o Tribunal, por meio da Decisão nº 5995/2012 (fl. 406), determinou a citação dos três responsáveis indicados pelo Controle Interno para apresentarem suas alegações de defesa ou recolherem o valor do prejuízo apurado.
9. Após análise das defesas apresentadas, Informação nº 155/2013 – 2ª Divisão de Contas, às fls. 525/535, esta Corte de Contas prolatou, em 11/12/2013, a Decisão nº 6269/2013 (fl. 545):
- O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento das defesas apresentadas pelos Srs. Carlos Alberto Tayar (fls. 414/424), Arnaldo Bernardino Alves (fls. 425/447) e Horácio da Silva Botelho (fls. 521/522) para, no mérito, considerá-las improcedentes; II. autorizar, nos termos do § 1º do art. 13 da Lei Complementar nº 01/94, a cientificação dos responsáveis para que, no prazo de 30 (trinta) dias, efetuem e comprovem o recolhimento do prejuízo apurado (R\$ 17.182,22, atualizado até 20.6.2013), que deverá ser atualizado até a data do seu recolhimento, na forma da ER nº 13/03; III. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências pertinentes. (Grifou-se)
10. Os Srs. Arnaldo Bernardino Alves, Carlos Alberto Tayar e Horácio da Silva Botelho foram cientificados da Decisão nº 6269/2013 por meio das Cientificações nºs 012/2014, 013/2014 e 014/2014 (fls. 547/549).
11. Irresignados, os Srs. Horácio da Silva Botelho, Arnaldo Bernardino Alves e Carlos Alberto Tayar interpuseram, respectivamente, os recursos de reconsideração de fls. 553/563, 572/604 e 613/616, os quais foram conhecidos pelo Tribunal por meio das Decisões nºs 1769/2014 (fl. 570), 2144/2014 (fl. 609) e 2875/2014 (fl. 621).
12. Nesse sentido, este é o momento processual em que será examinado o mérito dos recursos interpostos, na forma do parágrafo 1º do artigo 189 do RI/TCDF.

* Processo nº 7.768/2005

** Processo nº 9.850/2005

*** Processo nº 017.000.414/2005

**** Processo nº 010.000.956/2006



**DO RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO DO SR. HORÁCIO DA SILVA BOTELHO
(fls. 553/563)**

13. Preliminarmente, o recorrente alegou ter sido surpreendido pelo teor da Decisão nº 6269/2013, alegando jamais ter tomado conhecimento do Processo nº 6.265/2005. (fl. 554)

14. Em seguida, enumera as comunicações desta Corte por ele recebidas, bem como os documentos que foram protocolados, para, então, alegar que as justificativas apresentadas no Processo nº 7.768/2005 são as mesmas para o Processo nº 6.265/2005. (fls. 554/555)

15. Aduz que a Decisão nº 3819/2005, emitida no âmbito do Processo nº 7.768/2005, trouxe questionamentos que foram devidamente respondidos pelo recorrente, o que tornariam repetitivas novas justificativas aos mesmos pontos, supostamente, consignados no Processo nº 6.265/2005. (fl. 555)

16. Posteriormente, indica as diversas justificativas apresentadas no bojo do Processo nº 7.768/2005.

17. Alega que não era responsabilidade do ordenador de despesas avaliar se o estado de saúde de um paciente poderia ser considerado como “situação emergencial” para seu encaminhamento a qualquer UTI particular. (fl. 556)

18. Sustenta que era atribuição dos médicos chefes de equipe adotar as providências para a transferência de pacientes para hospitais particulares, o que deixa caracterizada a ausência de qualquer interferência do ordenador de despesas com o objetivo de favorecer unidades de saúde. (fl. 556)

19. Informa que não houve favorecimento ao Hospital Santa Juliana, indicando que, por exemplo, o ano de 2005 encerrou-se com uma participação de apenas 10,6% para o referido hospital, conforme dados extraídos do SIGGO. Acrescenta que a concentração de internações no ano de 2004 (49,4%) decorreu do surto de hantavirose. (fl. 557)

20. Aduz que o ordenador de despesas jamais efetuava contratação direta sem a devida justificativa de preço. Competia à auditoria médica a

* Processo nº 7.768/2005

** Processo nº 9.850/2005

*** Processo nº 017.000.414/2005

**** Processo nº 010.000.956/2006



justificativa dos preços cobrados, pois cabia a ela comparar e avaliar os valores dos procedimentos assistenciais em UTI, indicando as devidas glosas. (fls. 557/558)

21. Roga que era impossível à Secretaria quitar qualquer débito sem sua regular liquidação. As despesas da SES/DF eram pagas após um lento processo de tramitação processual. Em seguida, descreve toda a rotina administrativa que envolve a execução orçamentária e financeira. (fls. 558/559)

22. Argumenta que o ordenador de despesas não efetuava nenhum pagamento. Tal atribuição era de responsabilidade do Fundo de Saúde do Distrito Federal - FSDF, entidade com estrutura própria e subordinada diretamente ao Secretário de Estado de Saúde. (fl. 560)

23. Alega que, em 2005, como decorrência da situação emergencial ocorrida na última semana do exercício financeiro anterior, foi acatada a determinação da direção da Secretaria para que a DICOF providenciasse, a *posteriori*, junto ao Fundo de Saúde, as glosas pertinentes. Assinala, portanto, não ter havido prejuízo, vez que os abatimentos foram solicitados. (fls. 560/561)

24. Informa, adicionalmente, que todos os processos referentes ao Hospital Santa Juliana, contidos na Tabela 02, fl. 273, do Relatório de Inspeção nº 2.0119.05, não tiveram seus pagamentos efetuados, impossibilitando, portanto, a adoção de qualquer medida relativa a desconto de glosas. (fl. 561)

25. Por fim, reafirma que é injustificada a sugestão de cobrança de qualquer importância ao ordenador de despesas, uma vez que não lhe competia efetuar pagamentos. (fl. 561)

DO RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO DO SR. ARNALDO BERNARDINO ALVES (fls. 572/563)

26. Inicialmente, o recorrente aduz que o julgamento do presente feito possui vício que causa sua nulidade absoluta, porquanto a decisão recorrida não realizou a individualização de sua conduta e não consta o devido enfrentamento das questões invocadas em sua defesa. (fl. 574)

* Processo nº 7.768/2005

** Processo nº 9.850/2005

*** Processo nº 017.000.414/2005

**** Processo nº 010.000.956/2006



27. Alega que a decisão recorrida, ao analisar a defesa oferecida pelo recorrente, sequer se atentou que inexistiu prejuízo financeiro ao erário no sentido de ato antieconômico quantificado, desvio ou desfalque de dinheiros como são as situações de sobrepreço, superfaturamento, fraude ou pagamento por serviços não prestados. Declara que os valores auditados decorreram de tratamentos hospitalares efetivamente realizados, cujos pagamentos se fizeram a preços de mercado. (fl. 574)

28. Afirma que sequer houve o detalhamento das condutas passíveis de reprimenda, as quais supostamente teria cometido, aduzindo que o recorrente estar sendo responsabilizado por ter sido à época dos fatos gestor máximo do Órgão. Destaca, ainda, que a ausência de individualização dos supostos fatos praticados pelo recorrente caracteriza franca violação aos princípios da ampla defesa e contraditório. (fl. 574)

29. Pondera que a decisão recorrida incutiu responsabilidade presumida ao recorrente simplesmente em razão de ele ter ocupado à época do ocorrido o cargo de Secretário de Saúde do Distrito Federal. (fl. 575)

30. Para sustentar as alegações trazidas, trouxe posicionamento do Superior Tribunal de Justiça a respeito da aplicação de sanções no âmbito da Administração Pública. (fl. 575)

31. A partir da fl. 576, o recorrente reproduz, praticamente, os mesmos argumentos já trazidos aos autos em sua alegação de defesa às fls. 425/448, cujo mérito foi devidamente analisado na Informação nº 155/2013 às fls. 525/535.

DO RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO DO SR. CARLOS ALBERTO TAYAR (fls. 613/616)

32. O recorrente alega que, após o conhecimento da Decisão nº 6269/2013, tentou uma solução rápida e definitiva solicitando o parcelamento da dívida por estar sem condições de arcar com honorários advocatícios. (fl. 613)

33. Pondera que, posteriormente, ao analisar detalhadamente o processo, percebeu que havia cometido um equívoco ao requer o parcelamento do débito. Aduz que não se sente causador de nenhum prejuízo ao erário. (fl. 614)

* Processo nº 7.768/2005

** Processo nº 9.850/2005

*** Processo nº 017.000.414/2005

**** Processo nº 010.000.956/2006



34. Nesse sentido, solicita a desconsideração do seu anterior pedido de parcelamento do débito, encartado à fl. 552 dos autos. (fl. 614)

35. Declara que, à época dos fatos analisados nesta TCE, como Diretor Executivo do Fundo de Saúde do Distrito Federal – FSDF, era uma das suas responsabilidades a fase de pagamento da despesa pública. (fl. 614)

36. Todavia, o recorrente discorda que era de sua alçada realizar ou mesmo ter conhecimento de glosas de qualquer despesa dentro da Secretaria de Estado de Saúde, vez que o FSDF é o responsável apenas pelo processo de pagamento, de acordo com o art. 54 do Decreto Distrital nº 16.098/1994. (fl. 614)

37. Alega que a liquidação da despesa é formalizada no processo de pagamento, mediante despacho do ordenador de despesa. Citando o referido decreto, aduz que a fixação da importância exata a ser paga, inclusive considerando as glosas cabíveis, era de responsabilidade do núcleo de liquidação da Subsecretaria de Apoio Operacional. (fl. 615)

38. Afirma que, na época das internações, houve um surto de uma doença ainda pouco conhecida (hantavirose), fato que gerou a necessidade de leitos extras, os quais foram muitas vezes negados por estabelecimentos hospitalares, devido ao desconhecimento da doença. (fl. 615)

39. Adicionalmente, informa que alguns hospitais privados estavam sem condições de atender às demandas da SES/DF, por não estarem em dia com suas obrigações fiscais. (fl. 615)

40. Argumenta, por fim, que o FSDF, em conjunto com o Conselho de Saúde do Distrito Federal, órgão responsável pelas políticas públicas de saúde, tinha sob seu controle a execução orçamentária de aproximadamente 40% das despesas públicas do DF, e que possíveis falhas apontadas não ocorreriam a nível inferior e sim a nível igualitário. (fl. 616)

DA ANÁLISE

41. Preliminarmente, cumpre ressaltar que, no âmbito de um processo de tomada de contas especial, não cabe a utilização do pressuposto de responsabilidade objetiva (que independe de culpa). A responsabilização,

* Processo nº 7.768/2005

** Processo nº 9.850/2005

*** Processo nº 017.000.414/2005

**** Processo nº 010.000.956/2006



necessariamente, deve ser da espécie subjetiva, sendo mandatória a caracterização dos seguintes elementos basilares: fato ilícito (dano ou ofensa a princípios ou regras, decorrente de conduta humana), conduta culposa *lato sensu*, e nexo de causalidade entre o fato ilícito e a conduta culposa.

42. O fato ilícito apurado na presente tomada de contas especial foi especificado por esta c. Corte de Contas quando, por meio da Decisão nº 3819/2005, item V, alínea “a”, determinou à Secretaria de Estado de Saúde:

a imediata instauração de Tomada de Contas Especial para quantificação do dano causado ao erário e identificação dos responsáveis pelos demais pagamentos efetivados ao Hospital Santa Juliana em que tenham sido desconsideradas glosas apontadas pela auditoria do Órgão, sem prejuízo da apuração de outras impropriedades relacionadas aos procedimentos médicos realizados e os materiais utilizados; (Grifou-se)

43. Nesse sentido, visando imputar responsabilidade aos recorrentes, incumbe ao Controle Externo assinalar quais foram as condutas dos Srs. Horácio da Silva Botelho, Arnaldo Bernardino Alves e Carlos Alberto Tayar que concorreram contundentemente para os pagamentos ao Hospital Santa Juliana sem a consideração das glosas indicadas pela auditoria médica. Finda essa etapa, resta verificar se há nexo causal entre tais condutas e o fato ilícito gerador da TCE.

44. Ora, o Sr. Arnaldo Bernardino Alves, então Secretário de Estado, não tinha domínio integral dos fatos relativos à execução financeira e orçamentária do órgão. No encargo de dirigente máximo, cabia-lhe formular, propor e coordenar as políticas públicas da pasta, buscando garantir as condições adequadas para a prestação de serviços públicos de saúde no âmbito do Distrito Federal.

45. Na condução de uma estrutura administrativa do porte da Secretaria de Saúde, responsável por gerir uma das maiores parcelas do orçamento distrital, seu dirigente máximo deve, necessariamente, utilizar diversas delegações de competências. Nos termos do art. 11 do Decreto-Lei nº 200/1967, a delegação de competência é instrumento de descentralização administrativa, com o objetivo de assegurar maior rapidez e objetividade às decisões, situando-as na proximidade dos fatos, pessoas ou problemas a atender.

* Processo nº 7.768/2005

** Processo nº 9.850/2005

*** Processo nº 017.000.414/2005

**** Processo nº 010.000.956/2006



46. É desarrazoado exigir que o Secretário de Estado de Saúde supervisionasse todas as glosas apontadas pela auditoria do órgão (notoriamente quando somam apenas R\$ 10.781,32), compulsando os processos de pagamento para ter certeza de que os descontos foram devidamente considerados nas liquidações. Exigindo-se dos dirigentes máximos que sua atividade de supervisão alcançasse tal profundidade, perderia razão de ser o instituto da delegação de competência.

47. Similar raciocínio aplica-se ao Sr. Carlos Alberto Tayar, então Diretor Executivo do Fundo de Saúde do Distrito Federal. Uma das funções da Diretoria a qual chefiava era proceder ao pagamento dos processos liquidados e encaminhados pela Subsecretaria de Apoio Operacional, verificando a disponibilidade financeira do Fundo, apropriando os tributos e os encargos trabalhistas/previdenciários devidos, com a consequente emissão de ordem bancária ao credor.

48. Quanto à apropriação, ou não, de glosas, não era função do Sr. Carlos Alberto Tayar reanalisar todo o processo de pagamento, em busca de eventuais falhas operacionais cometidas em etapas anteriores. Não é razoável cobrar que um gestor faça detalhada revisão de todos os procedimentos adotados por seus antecessores. Tal hipótese, materialmente inviável, conduziria à reanálise de todos os processos, fato que obstruiria o já intempestivo pagamento dos débitos da Secretaria, gerando grave externalidade negativa para o fluxo de caixa dos fornecedores.

49. Nesse sentido, nota-se que não há adequado e razoável nexo de causalidade entre as condutas emanadas pelos Srs. Arnaldo Bernardino Alves e Carlos Alberto Tayar e o fato ilícito apurado nesta presente tomada de contas especial, de modo que não é pertinente a responsabilização deles no processo em análise. Assim sendo, entendo que os referidos gestores lograram demonstrar a ausência de responsabilidade pelos pagamentos indevidos ao Hospital Santa Juliana.

50. Por outro lado, compulsando os autos do processo em epígrafe, observa-se que o Sr. Horácio da Silva Botelho, então Subsecretário de Apoio

* Processo nº 7.768/2005

** Processo nº 9.850/2005

*** Processo nº 017.000.414/2005

**** Processo nº 010.000.956/2006



Operacional e ordenador de despesas da SES/DF à época dos fatos, teve conduta determinante para a ocorrência dos pagamentos sem glosas ao Hospital Santa Juliana.

51. O art. 7º da Lei Distrital nº 3.163/2003 estabelece que “a ordenação de despesas no âmbito de cada Secretaria de Estado do Distrito Federal, ou equivalente, é da competência do titular da respectiva unidade de apoio operacional, ou equivalente, cabendo ao Secretário pronunciar-se sobre as suas contas, anualmente”.

52. Na Secretaria de Estado de Saúde, a ordenação de despesas era de competência do Subsecretário de Apoio Operacional. Estava compreendido em sua alçada autorizar e supervisionar a realização de empenhos e liquidações de despesas próprias da Secretaria, encaminhando, em seguida, para pagamento no âmbito do Fundo de Saúde do Distrito Federal, consoante já relatado.

53. O art. 63 da Lei nº 4.320/1964 prescreve que a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Essa apuração tem por fim apurar a origem e o objetivo do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.

54. Nota-se, então, que é nessa fase da execução orçamentária e financeira que as glosas apontadas pela auditoria médica (tais como cobranças excessivas, serviços não prestados e procedimentos, materiais e medicamentos desnecessários) deveriam ser apropriadas, visando quantificar o valor exato da obrigação pendente de pagamento.

55. Dessa forma, verifica-se que o então Subsecretário de Apoio Operacional incorreu, diante de suas atribuições e competências à época da liquidação das faturas do Hospital Santa Juliana, em culpa *strictu sensu*, visto que agiu com inobservância ao dever de cuidado objetivo imposto a todas as pessoas de razoável diligência.

56. Vale frisar que não se está aqui elucubrando que o gestor quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo (dolo), mas as informações contidas nos autos deixam transparecer que este foi negligente (culpa por omissão), deixando

* Processo nº 7.768/2005

** Processo nº 9.850/2005

*** Processo nº 017.000.414/2005

**** Processo nº 010.000.956/2006



de praticar a ação que lhe era devida, isto é, apropriar na liquidação das faturas as glosas indicadas pela auditoria médica do órgão.

57. Ainda que o gestor alegasse que, como chefe da unidade administrativa, não realizava pessoalmente a liquidação dos processos, trabalho este efetuado por servidores a ele subordinados, não caberia o afastamento de sua responsabilidade subjetiva. Como Subsecretário de Apoio Operacional, o Sr. Horácio da Silva Botelho tinha a obrigação jurídica de proceder a adequada supervisão hierárquica das rotinas administrativas, de modo que a consumação da irregularidade em análise caracteriza, no limite, culpa *in vigilando*, à luz do cuidado e da diligência que se espera de um ordenador de despesa.

58. Em relação aos argumentos consignados pelo Sr. Horácio da Silva Botelho em sua peça recursal, não merece prosperar a preliminar de que não tinha conhecimento do presente processo de tomada de contas especial. Urge destacar que o recorrente foi devidamente citado do teor da Decisão nº 5995/2012 (fl. 406) por meio da Citação nº 1.216/2012 (fl. 413), apresentando, em seguida, a peça de fls. 521/522.

59. Quanto às demais alegações trazidas aos autos, nota-se que são uma mera reprodução daquelas apresentadas pelo Sr. Horácio da Silva Botelho no âmbito do Processo nº 7.768/2005. Com isso, o recorrente quis asseverar que os objetos tratados nos Processos nºs 7.768/2005 e 6265/2005 eram supostamente idênticos.

60. O Processo nº 7.768/2005 cuidou da Representação nº 01/2005-IMF, acerca da realização de despesas por parte da Secretaria de Estado de Saúde, com base em dispensa de licitação, referente à prestação de serviços de internação de pacientes removidos da rede hospitalar pública distrital para a UTI do Hospital Santa Juliana.

61. No parágrafo 38 desta Instrução, já alertamos que o fato ilícito apurado na presente tomada de contas especial foi devidamente caracterizado no item V, alínea “a”, da Decisão nº 3819/2005, tratando-se de apuração “do dano causado ao erário e identificação dos responsáveis pelos demais pagamentos efetivados ao Hospital Santa Juliana em que tenham sido desconsideradas glosas

* Processo nº 7.768/2005

** Processo nº 9.850/2005

*** Processo nº 017.000.414/2005

**** Processo nº 010.000.956/2006



apontadas pela auditoria do Órgão”. Vê-se, portanto, que a conduta ilícita aqui analisada é muito mais específica e circunstanciada, guardando relação apenas temática com o assunto tratado no Processo nº nº 7.768/2005. Logo, entendo que não é legítima a alegação de que os processos tratam do mesmo fato.

62. Nesse sentido, a alegação do recorrente que mais se aproxima de uma potencial justificativa foi apresentada por ele à fl. 561 da peça recursal (reproduzida no parágrafo 21 desta Instrução), quando assevera que “os processos referentes àquele hospital [...] não tiveram seus pagamentos efetuados [...] impossibilitando, portanto, a adoção de qualquer medida relativa a desconto de glosas”.

63. Ora, tal argumento não merece guarida. Os pagamentos de fato ocorreram, conforme ordens bancárias indicadas na própria tabela elaborada pela Comissão Tomadora (fl. 259). Ainda, não há que se falar em glosa *a posteriori*, vez que, antes da regular liquidação dos processos de pagamento, era efetuada a auditoria médica sobre as faturas apresentadas pelos hospitais, oportunidade em que se averiguava a conformidade dos procedimentos hospitalares prestados e a exata importância a ser paga.

64. Dessa forma, entendemos ser improcedente a manifestação do Sr. Horácio da Silva Botelho, na medida em que não foi capaz de infirmar a sua responsabilidade pelo fato ilícito apurado na presente tomada de contas especial, devendo esta Corte negar provimento ao recurso de reconsideração e manter, em relação ao recorrente, os termos da Decisão nº 6269/2013.

DAS CONCLUSÕES

65. Pelo exposto, entendemos que o Tribunal deve, no mérito, considerar **procedentes** os recursos de reconsideração apresentados pelos Srs. Arnaldo Bernardino Alves e Carlos Alberto Tayar às fls. 553/563 e 613/616, respectivamente, por considerarmos que as condutas destes gestores não concorreram incisivamente para a consumação dos pagamentos indevidos ao Hospital Santa Juliana, consoante análise empreendida nos parágrafos 41/49 desta Instrução.

* Processo nº 7.768/2005

** Processo nº 9.850/2005

*** Processo nº 017.000.414/2005

**** Processo nº 010.000.956/2006



66. Em relação ao recurso de reconsideração impetrado pelo Sr. Horácio da Silva Botelho, entendemos que esta Corte deve, no mérito, considerá-la **improcedente**, vez que o agente foi incapaz de afastar sua responsabilidade pelo fato ilícito apurado na presente tomada de contas especial. Conforme análise consignada nos parágrafos 50/64 desta Instrução, na qualidade de Subsecretário de Apoio Operacional, o gestor agiu com culpa *strictu sensu*, ao não observar o dever de diligência objetiva imposta ao cargo que ocupava à época, conduta omissiva (não fazer voluntário) que concorreu diretamente para a liquidação de processos de pagamento sem apropriação das glosas devidas, restando configurado o adequado nexo de causalidade.

67. Nesse sentido, propõe-se ao Tribunal que determine a cientificação do Sr. Horácio da Silva Botelho, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolha aos cofres distritais a quantia de R\$ 19.289,32 (valores atualizados até 09/09/2015, fl. 665), em face da responsabilidade pelo prejuízo causado ao erário em decorrência de pagamentos efetivados ao Hospital Santa Juliana em que foram desconsideradas glosas apontadas pela auditoria do Órgão.

DAS PROPOSIÇÕES

68. Diante do exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

I. no mérito, considere:

a) **improcedente** o recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Horácio da Silva Botelho, autorizando, consequentemente, a cientificação do responsável para que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolha aos cofres distritais a quantia de R\$ 19.289,32 (valores atualizados até 09/09/2015, fl. 665), em face da responsabilidade pelo prejuízo causado ao erário em decorrência de pagamentos efetivados ao Hospital Santa Juliana em que foram desconsideradas glosas apontadas pela auditoria do Órgão;

b) **procedentes** os recursos de reconsideração interpostos pelos Srs. Arnaldo Bernardino Alves e

* Processo nº 7.768/2005

** Processo nº 9.850/2005

*** Processo nº 017.000.414/2005

**** Processo nº 010.000.956/2006



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE CONTAS
SEGUNDA DIVISÃO DE CONTAS

e-DOC 2F31F873

Proc 6265/2005

Fls.: 679

Proc.: 6265/05

Rubrica

Carlos Alberto Tayar, consoante análise consignada
nos §§ 41/49 desta Instrução;

- II. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as
providências pertinentes.

À superior consideração.

Caio Filipe Costa Barros
Auditor de Controle Externo

* Processo nº 7.768/2005

** Processo nº 9.850/2005

*** Processo nº 017.000.414/2005

**** Processo nº 010.000.956/2006